

1232

Comparação Com o Estado Nôvo

15/11/66

RUB

NO dia em que o Supremo Tribunal Federal decidiu que o jornalista Hélio Fernandes podia ser candidato a deputado, o governo suspendeu seus direitos políticos. E' o famoso «senso das oportunidades» de que se gaba o marechal Castelo Branco.

E' como eu dizia outro dia: a liberdade de imprensa fica sendo uma ficção se o governo pode cassar os direitos políticos e, portanto, o direito de escrever sobre política, durante dez anos, ao jornalista que o atacar.

Outro dia andei fazendo um levantamento de minha própria vida profissional, porque ando arrumando papéis para me aposentar pelo IAPC. Tenho má memória, e já trabalhei em tanto jornal e revista que me é difícil dizer onde escrevia em tal ou qual ano. Recorri a carteiras antigas, recortes, referências. Mesmo assim, não consegui encher alguns buracos em 1942 e 1943. Lembrei-me, então, de que a censura do DIP me colocara, naquela ocasião, sob «censura preventiva»: nenhum jornal podia publicar crônica minha sem mandar antes para o censor. Como os jornais viviam sob constante pressão da censura, acabei escrevendo apenas anúncios de gilete e vendendo no Rio as pedras semipreciosas que meu amigo Otávio Xavier Ferreira me mandava de Belo Horizonte.

Fui um mau vendedor e um mau publicitário, mas o certo é que sobrevivi, e ainda durante o Estado Nôvo voltei a trabalhar em jornal e a escrever, ora sob pseudônimo, ora com meu próprio nome, até que, aproveitando brigas que havia dentro do governo, consegui ver confirmada minha indicação pelo «Diário Carioca» para ser seu correspondente na Itália.

Assim, sob uma ditadura completa, e embora fosse inimigo declarado do regime, consegui ainda trabalhar, e ninguém se lembrou de me cassar os direitos de jornalista por dez anos.

Lembro-me também de que, prêso e expulso do Rio Grande do Sul (injustamente, pois me atribuíam

a reorganização do Partido Comunista, ao qual eu não pertencia e com o qual não tinha, lá, nenhuma ligação), fui pôsto em um navio e mandado para o Norte. Previ, com razão, que em Santos ou no Rio a polícia me prenderia, e saltei furtivamente em Paranaguá, de onde fui para São Paulo. E' que naquele tempo não havia o SNI, não existia nenhuma polícia federal, e o cidadão ameaçado em um Estado sempre podia encontrar guarida em outro — o que fiz mais de uma vez.

Vemos assim que, embora o Estado Nôvo fosse uma ditadura muito pior que a de hoje (que é apenas semi ou míni), em alguns pontos a coisa hoje é pior. Isso apesar de a atual situação internacional ser muito menos favorável ao absolutismo que a daquele tempo, que foi o das vitórias de Hitler. E as coisas hoje não são ainda mais negras exatamente porque os homens de minha geração não esquecem a experiência do Estado Nôvo e não se dispõem a abdicar sem luta de seus direitos. Isso inibe e intimida a própria reação; o governo sente que, à medida que faz girar seu moinho de cassações e suspensões, vai ficando mais fraco tanto na opinião civil como na militar.

Continua apenas porque é teimoso e inábil, e não sabe agir de outra maneira.

P. S. — Respostas a leitores sobre as eleições de hoje; a) para deputado estadual votarei em Adalgisa Neri; b) votar em branco não me parece ter nenhum sentido, e na Guanabara é diminuir a derrota da ARENA; c) Paulo Silveira, candidato a deputado federal pelo MDB, teve sua candidatura confirmada pelo Tribunal, e pode ser votado, apesar de não estar na lista; d) para senador, Mário Martins ou Danton Jobim; e) para deputado federal, Márcio Moreira Alves, cuja eleição não é certa, provável; e) se Márcio vai ser cassado ou não, isso é problema do marechal, e não meu.